

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Registros para a História: a avaliação de arquivos na contemporaneidade

Janice Gonçalves*

Resumo: Nas últimas décadas, a Arquivística tem procurado se firmar como campo disciplinar integrado às demandas do presente (daí a intensa preocupação com a geração e o destino dos registros em meio digital). Ao lado disso, notam-se concepções que envolvem tanto um distanciamento da Arquivística em relação à História como uma reafirmação dos laços entre os dois campos disciplinares (embora em nova chave). Serão aqui examinadas brevemente as principais questões envolvendo, contemporaneamente, a avaliação arquivística.

Palavras-chave: Arquivística – História - Contemporaneidade

Abstract: On the last decades, Archival Science has been trying to establish a firm position as a disciplinary field, sensible to the questions of the present moment (as indicated by concerns about the production and destination of digital records). Curiously, if it is possible to detect archival propositions that indicate a gap between Archival Science and History, there are others that reinforce, yet in a new key, the ties between them. This paper discusses the main lines of the contemporary debate concerning archival appraisal.

Keywords: Archival Science – History – Contemporaneity

A avaliação de documentos de arquivo pressupõe e envolve um conjunto de procedimentos técnicos: identificação, classificação e ordenação dos documentos; contextualização dos documentos quanto às condições globais de sua produção, tendo em vista a trajetória histórica do organismo produtor; esclarecimento dos vínculos entre os documentos produzidos e o ordenamento jurídico existente, bem como normas de caráter administrativo próprias à esfera em que os mesmos documentos estão inseridos; percepção das relações que os documentos (sobretudo os referentes a uma mesma atividade ou função) guardam entre si. A avaliação é freqüentemente defendida, do ponto de vista das administrações (neste caso, públicas ou privadas), com o intuito de atingir um maior grau de racionalização e eficiência, resultando em volume menor de documentos a gerir, menor número de espaços físicos a ocupar, além de menores gastos com pessoal, materiais próprios ao acondicionamento da documentação e instalações que a receberiam.

Por outro lado, os documentos arquivísticos governamentais estão intimamente relacionados à prestação de contas que os poderes instituídos devem fazer aos cidadãos e, ao menos em sociedades que se pretendem democráticas, a avaliação arquivística traz à baila a questão da demanda por transparência nas decisões e atividades realizadas no âmbito dos

* Doutora em História Social (USP); professora do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

organismos estatais. Portanto, a importância de tais documentos não se resume aos interesses da própria administração que os gerou, mas, de uma forma mais ampla, refere-se também aos interesses (frequentemente traduzidos em direitos) presentes na coletividade à qual tal administração está ligada e para a qual, em princípio, trabalha. Em vista disso, os procedimentos de avaliação não podem ser tidos como meramente técnicos, pois envolvem aspectos propriamente políticos.

Ao perpassarem a documentação arquivística, os interesses das administrações geradoras dos arquivos são costumeiramente identificados, no processo de avaliação, ao “valor administrativo” dos documentos; os direitos de determinados indivíduos e grupos sociais, ancorados na legislação, são frequentemente traduzidos no que se entende ser seu “valor jurídico”. Mas é muito frequente que se lance mão de um valor mais difuso para justificar a preservação de determinados documentos: o “valor histórico”. Vinculado às concepções de História esposadas pelos avaliadores, este último valor tem caráter menos preciso e mais plástico.

A eleição (e subsequente seleção) de documentos para guarda permanente, com base no critério do “valor histórico”, acrescenta dificuldades ao complexo processo de avaliação (pois, sendo produzidos historicamente, que documentos não teriam “valor histórico”?). Deveria o “valor histórico” ser definido, por exemplo, com base na “antigüidade” dos documentos (ficando os documentos contemporâneos “alijados” de sua historicidade)? Ou ser estabelecido com base nas personagens diretamente vinculadas aos conteúdos estritos de determinados documentos (o documento assinado por esta ou aquela autoridade, ou a ela diretamente referido)? Em que medida, neste sentido, concepções bastante disseminadas socialmente acerca do “histórico”, não raro conservadoras, elitistas e excludentes, tenderiam a prevalecer na avaliação de documentos arquivísticos públicos? E deveria a avaliação baseada no “valor histórico” tomar como referência fundamental a história da coletividade à qual os documentos estão de alguma forma vinculados, ou a história do próprio organismo que os gerou? Tais questões são, enfim, enfeixadas por um problema geral: pode o “valor histórico” ser sustentado como critério nos processos de avaliação de documentos públicos de arquivo?

As últimas décadas marcaram um forte questionamento acerca do lugar da história no campo arquivístico. Tal questionamento está muito ligado não só ao debate em torno das “novas tecnologias” (e dos desafios colocados, ao campo arquivístico, pela documentação produzida em meio eletrônico) como às transformações vividas no campo historiográfico. Assiste-se, desde, então, à formulação de críticas acerbas a uma arquivística “clássica” ou

“tradicional”, delimitada por princípios formulados no século XIX. Aponta-se a necessidade de a Arquivística contemporânea abandonar os velhos marcos teóricos e metodológicos, concebidos em uma sociedade na qual predominava a documentação em suporte papel e prevaleciam as trocas (materiais e simbólicas) presenciais, sendo poucos os mecanismos e níveis de reprodução da informação. A ruptura com o modelo arquivístico “clássico” (apresentado por vários autores como um paradigma “custodial”, “patrimonial”, “tecnicista”, “historicista” ou mesmo “positivista”) seria a única forma dos arquivistas e das instituições arquivísticas responderem às demandas de seu tempo. No seio desse debate, assinala-se também o esforço de afirmação do campo arquivístico em relação ao historiográfico, com o abandono definitivo da visão (presente ainda como senso comum) da Arquivística como “ciência auxiliar” da História.

Diferenciam-se, porém, os encaminhamentos possíveis quanto à ruptura por muitos apontada como necessária. Há correntes que postulam a Arquivística como Ciência da Informação, criticando a persistência de discussões que envolvam os “documentos” de arquivo (e que, pelo próprio uso do termo, já indicariam o aprisionamento ao paradigma “custodial”). Posicionamentos neste sentido estão presentes, por exemplo, em texto assinado pelos arquivistas portugueses Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, dedicado justamente à avaliação arquivística (SILVA; RIBEIRO, 2000). Segundo os referidos autores, as transformações tecnológicas envolvendo os meios de comunicação, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, anunciaram e perfilaram “a ‘transparência’ total do documento” e, como consequência,

a visibilidade de sua “essência” constitutiva – a informação -, porquanto se percebe cada vez melhor que não há documento sem informação, mas sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenômeno daquela. (SILVA; RIBEIRO, 2000: 67).

Ribeiro e Malheiro da Silva vislumbram, em substituição ao paradigma arquivístico “técnico e custodial”, um paradigma “científico e pós-custodial”, que valorizaria a informação e o “dinamismo informacional”, este último “oposto ao ‘imobilismo’ documental” (SILVA; RIBEIRO, 2000: 69).¹ O próprio arquivo seria considerado um “sistema (semi) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte”

¹ Theo Thomassen, em seminário realizado em 1999, na Suécia, entendeu que um novo paradigma arquivístico, ainda em formação, toma como objeto a informação arquivística (e não o documento de arquivo). (Cf. FONSECA, 2005: 57-59)

(SILVA; RIBEIRO, 2000: 86), definição que certamente busca marcar diferença em relação às usualmente acatadas na área.²

Cabe destacar que o movimento de renovação nas reflexões e práticas arquivísticas, ao repensar sua relação com o campo disciplinar da História, não necessariamente envolve uma ruptura completa com a área, ou a refutação da importância do conhecimento histórico. Mesmo Malheiro da Silva e Ribeiro, dando relevo ao desenvolvimento de práticas de pesquisa propriamente científicas no âmbito arquivístico, destacaram as “características basilares” da Ciência da Informação,

condensadas num corpus conceptual cerzido pelas contribuições teórico-metodológicas decisivas de algumas ciências mais próximas e essenciais como é o caso da Sociologia, da História Institucional, da História Cultural, das Ciências da Administração e Gestão e das Ciências da Computação e Informática. (SILVA; RIBEIRO, 2000: 79).

Nas propostas de renovação, observa-se uma aproximação em relação às discussões historiográficas contemporâneas, em especial das que se referem aos processos sociais de constituição de memórias. No que tange especificamente à questão da avaliação arquivística, o repensar da História em relação à Arquivística tem sido particularmente agudo entre os arquivistas canadenses e estadunidenses.

Nos EUA, desde a década de 1980 ganhou evidência a chamada “estratégia de documentação” (*Documentation Strategy*). Richard Pearce-Moses, citando Richard Cox, destacou que o termo “estratégia de documentação” foi cunhado em um encontro da *Society of American Archivists*, em 1984, no qual foram apresentados trabalhos de Helen W. Samuels, Larry J. Hackman e Patrícia Aronson. (PEARCE-MOSES, 2005).³ A “estratégia de documentação” estaria, segundo Helen Samuels, intimamente associada à complexidade de uma sociedade atravessada pela informação, e que exigiria, por parte dos arquivistas, uma atuação de novo tipo na seleção da documentação a ser preservada. Para Samuels,

² O **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** traz, como primeira definição de “arquivo”, a de “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.” (DICIONÁRIO, 2005). Antes dele, o **Dicionário de Terminologia Arquivística** (BELLOTTO; CAMARGO, 1996) definiu arquivo, em sua primeira acepção, como “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas.”

³ Terry Abraham entende, porém, que o conceito básico foi formulado por Andrea Hinding, em 1982 (ABRAHAM, 1995).

a estrutura mutável das instituições modernas e o uso de tecnologias sofisticadas alterou a natureza dos arquivos, e somente uma pequena parte da vasta documentação pode ser mantida. (SAMUELS, 1986: 109).

Decidir acerca do que deve permanecer, entre os documentos de arquivo, tornou-se um desafio lançado aos arquivistas, para o qual, entretanto, segundo Samuels, faltavam instrumentos apropriados (daí a proposição da “estratégia de documentação”). De acordo com tal estratégia, a avaliação não deveria partir dos documentos, mas de uma problematização acerca do que deveria ser documentado. Nos termos de Samuels:

1. escolher e definir o tópico a ser documentado; 2. selecionar os consultores e estabelecer o campo para a estratégia; 3. estruturar a investigação e examinar a forma e a substância da documentação disponível; 4. selecionar e localizar a documentação (SAMUELS, 1986:116; PEARCE-MOSES, 2005).

Comentando a “estratégia de documentação”, Bernal Rivas Fernández salientou que, nela,

tanto os criadores de documentos como os administradores e os usuários buscam reter aquela documentação que reflita alguma área do esforço humano, partindo da análise do universo a ser documentado, mediante a compreensão dos problemas documentais a ele inerentes e a formulação de um plano que permita uma adequada documentação, seja de um assunto, de uma atividade ou de uma área geográfica. (BERNAL RIVAS FERNÁNDEZ, 2002: 5)

No Canadá, as discussões convergiram para as propostas de “macro-avaliação” que, segundo o arquivista canadense Terry Cook, foi “implementada em 1991 no Arquivo Nacional do Canadá”, estando em grande medida vinculada a seus próprios trabalhos teóricos (COOK, 1997: 9) A macro-avaliação envolveria também uma mudança de perspectiva quando à percepção costumeira do arquivista – a de um profissional passivo, servil, mero guardião dos documentos de arquivo (representação que, no entender do autor, teria sido fixada pela “Arquivística clássica”). Assim, para Cook, o arquivista nem deveria apenas orientar a avaliação dos documentos arquivísticos conforme os interesses do organismo gerador do arquivo (posição por ele identificada ao arquivista inglês Hilary Jenkinson) nem delegar aos usuários a definição dos documentos a serem preservados ou eliminados (modelo supostamente seguido por Schellenberg) (COOK, 1999: 4-5).

A “macro-avaliação” não partiria da análise dos documentos, mas das funções ou competências gerais das instituições que os produziram. Tais funções institucionais seriam tomadas como espécies de “filtros de tendências sociais, atividades, necessidades e desejos, de coisas e conceitos que a sociedade ‘valoriza’” (COOK, 1999: 8-9). Portanto, as funções ou competências gerais deveriam ser percebidas para além dos próprios quadros das instituições

geradoras dos arquivos, remetidas a processos sociais mais amplos (estes, os orientadores decisivos da avaliação). Ainda segundo Cook, caberia ao arquivista-avaliador identificar “quais funções estão pobremente documentadas nos arquivos institucionais e devem ser complementadas ou suplementadas por manuscritos privados, outras mídias arquivísticas, projetos de história oral e documentação não-arquivística [...]” (COOK, 1999: 9).

Tanto na proposta estadunidense da “estratégia de documentação” como na experiência canadense de “macro-avaliação” constata-se a intenção de “documentar a sociedade”, encaminhamento que em geral acentua a relação dos arquivos com a dimensão da memória social. A intenção, no entanto, uma vez colocada em prática, sujeita a avaliação arquivística a toda sorte de interpretações acerca do que seria “historicamente representativo” sobre e para a sociedade. Quanto a isso, mesmo que se atinja um consenso, ele certamente será provisório e, necessariamente, historicamente situado (sujeito a contestações presentes e futuras). Ana Maria de Almeida Camargo pontuou, a este respeito, a impossibilidade de “separar o que é histórico do que não é histórico no âmbito de um conjunto arquivístico”, dado que essa condição é sempre fruto de “um gesto de interpretação” (CAMARGO, 2003: 14). Angelika Menne-Haritz, ao destacar os precedentes alemães do debate acerca da “documentação da sociedade” para a avaliação arquivística, apontou, por seu turno, que “uma seleção orientada a conteúdos abre o trabalho arquivístico à instrumentalização política.” (MENNE-HARITZ, 1994: 535).⁴

É ainda surpreendente, nas abordagens canadenses e estadunidenses aqui brevemente mencionadas, a atitude em relação às próprias lacunas documentais observadas quanto a determinados sujeitos sociais ou práticas: em vez de tomadas como prováveis signos de características sociais relevantes (passíveis, portanto, de investigação e reflexão), são detectadas como algo a eliminar, por meio de “preenchimento” (“complementação” com documentos estranhos às atividades das instituições geradoras dos documentos, mas pertinentes ao “tópico” ou à “função” em causa). Especificidades dos conjuntos documentais arquivísticos (que são, afinal, “especializados” nos organismos produtores que os geraram) tenderiam com isso a ser apagadas ou deformadas.

Contestável, ainda, a perspectiva de que caberia às instâncias governamentais (através das instituições arquivísticas públicas) “documentar” a sociedade, avaliando tanto a documentação governamental a ser preservada como os documentos gerados por outras instâncias e entidades inscritas no tecido social. Se os diferentes agentes sociais produzem, ao

⁴ A arquivista alemã indica como esse tipo de discussão esteve presente em autores como Hans Booms (artigo-chave publicado em 1972, e “redescoberto” pelos canadenses na década de 1980) e em experiências de avaliação arquivística levadas a termo na então Alemanha Oriental, nos anos 1980.

longo de suas trajetórias, diferentes registros acerca de suas experiências, fazem parte dessas mesmas trajetórias as decisões quanto a esses mesmos registros (sua produção, sua seleção, sua preservação). A construção social da memória é uma das faces das lutas sociais e a geração e manutenção dos arquivos está aí englobada. Certamente as desigualdades sociais, às quais se prendem as desiguais condições de preservação dos arquivos de indivíduos e grupos, não serão eliminadas com gestos supostamente generosos de “complementação” de lacunas. Voltada para dimensões históricas descoladas dos perfis concretos dos conjuntos arquivísticos, a avaliação arquivística distancia-se, conseqüentemente, das especificidades dos arquivos e gera impasses difíceis de transpor, ao buscar a estabilidade da “permanência” com base em valores (os valores “históricos”) necessariamente mutáveis e múltiplos.

Referências

- ABRAHAM, Terry. **Documentation Strategies: A Decade (or More) Later.** [Paper presented at the annual meeting of the Society of American Archivists, Washington, D.C., August 31, 1995]. Disponível em: <<http://www.uidaho.edu/special-collections/papers/docstr10.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2007.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coords.). **Dicionário de Terminologia Arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996.
- BERNAL RIVAS FERNÁNDEZ, José. La valoración: fundamento teórico de la Archivística. **Biblios – Revista Electrónica de Bibliotecología, Archivología y Museología,** Lima (Peru), v.3, n.12, abr-jun. 2002. Disponível em: <<http://redalyc.uremex.mx/redalyc/pdf/161/16112306.pdf>>. Acesso em: 18 out.2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro:** revista do Arquivo do Município de Rio Claro, Rio Claro (SP), n.1, 2003, p.11-17.
- COOK, Terry. **Archival appraisal and collection: issues, challenges, new approaches** [Special Lecture Series, University of Maryland and NARA Staff, 21-22 April 1999]. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cookt-nara-990421-2.htm>>. Acesso em: 24 de março de 2005.
- COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria,** v.43, 1997. Disponível em: <<http://www.mybestdocs.com/cookt-pastprologue-ar43fnl.htm>> Acesso em: 24 mar. 2005.
- DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2005.
- MENNE-HARITZ, Angelika. Appraisal or documentation: can we appraise archives by selecting content? **The American Archivist,** Chicago, v.57, 1994, p.528-542.

PEARCE-MOSES, Richard. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/term_details.asp?DefinitionKey=225>. Acesso em: 30 de abril de 2007.

SAMUELS, Helen Willa. Who Controls the Past?, **American Archivist**, v.49, n.2, Spring 1986, p. 109–124.

SILVA, Armando B. Malheiro da, RIBEIRO, Fernanda. A avaliação arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica. **Páginas A&B** [Arquivos & Bibliotecas], Porto, n.5, 2000, p.57-113.